



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria do Planejamento e Gestão

**SISTEMA ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
DO ESTADO DO CEARÁ - SUPSEC**

**RELATÓRIO TRIMESTRAL DE AVALIAÇÃO
DOS INVESTIMENTOS**

Período: Julho a Setembro de 2016



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Planejamento e Gestão

RELATÓRIO TRIMESTRAL DE AVALIAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

1. INTRODUÇÃO

Atendendo à legislação pertinente às normas de investimentos dos recursos previdenciários dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, em especial à Resolução CMN nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, artigos 4º e 5º; e à Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011, e suas alterações, a Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG, enquanto gestora única do regime próprio de previdência social do Estado do Ceará, apresenta o Relatório Trimestral de Avaliação dos Investimentos dos recursos do Sistema Único de Previdência Social do Estado do Ceará – SUPSEC, instituído pela Lei Complementar Estadual Nº 12, de 29 de junho de 1999, e observada a Lei Complementar Estadual Nº 123, de 16 de setembro de 2013, que implementou a segregação de massa de segurados no âmbito do RPPS estadual, estabelecendo o Plano Geral de Custeio do SUPSEC, composto, a contar de 01/01/2014, de um Plano de Custeio Previdenciário, de um Plano de Custeio Financeiro e de um Plano de Custeio Militar.

O Plano de Custeio Previdenciário é estruturado sob o regime financeiro de capitalização e tem por objetivo a formação de reservas financeiras capitalizadas para honrar o pagamento de benefícios futuros a serem concedidos aos beneficiários civis a ele vinculados.

Doutro modo, o Plano de Custeio Financeiro e o Plano de Custeio Militar são estruturados sob o regime financeiro de repartição simples, cabendo ao Tesouro Estadual a cobertura de toda e qualquer insuficiência financeira dos fundos previdenciários pertinentes (LC/CE nº 123/2013, art. 25). Importa mencionar que tais fundos não têm como objetivo primordial a formação de reservas financeiras para custeio dos benefícios futuros. Ademais, eventuais saldos de final de mês porventura existentes nas contas dos fundos previdenciários pertinentes serão de caráter transitório e exclusivamente destinados ao pagamento das obrigações previdenciárias dos planos em questão, imediatamente no mês seguinte.

Quanto à operacionalização desses Planos, foram criados fundos contábil-financeiros de natureza previdenciária, autônomos e distintos, cujas contas, inclusive bancárias, são distintas entre si e da conta do Tesouro Estadual, conforme a seguir:

- a) **Fundo Previdenciário PREVID** para operacionalizar o Plano de Custeio Previdenciário, sendo aberto a novas vinculações previdenciárias de segurados



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria do Planejamento e Gestão

civis, conforme legislação estadual, com prazo indeterminado de funcionamento;

- b) **Fundo Financeiro FUNAPREV** para operacionalizar o Plano de Custeio Financeiro, sendo fechado a novas vinculações previdenciárias, conforme legislação estadual, sucedendo o Fundo Especial de Natureza Contábil previsto no art. 11 da Lei Complementar nº 12/1999, sendo extinto quando do pagamento do último benefício previdenciário ao último beneficiário a ele vinculado; e
- c) **Fundo Financeiro PREVMILITAR** para operacionalizar o Plano de Custeio Militar, aberto a novas vinculações previdenciárias de segurados militares, conforme legislação estadual, com prazo indeterminado de funcionamento.

2. META ATUARIAL

Em conformidade com a Política de Investimentos de 2016, a alocação dos recursos previdenciários do Sistema Único de Previdência Social do Estado do Ceará – SUPSEC tem por finalidade a busca do equilíbrio financeiro e atuarial do Sistema, objetivando a otimização da rentabilidade desses recursos previdenciários, observada a meta mínima constituída pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA conjugada com uma taxa de juro real de **4,50% (quatro vírgula cinco décimos por cento) ao ano**, no tocante ao Fundo Previdenciário PREVID, o qual é estruturado sob o regime financeiro de capitalização.

Não obstante o regime financeiro de repartição simples dos Fundos Financeiros FUNAPREV e PREVMILITAR, os quais não têm o objetivo primordial de formação de reservas financeiras previdenciárias, quaisquer eventuais sobras de recursos financeiros nesses Fundos também deverá seguir as diretrizes da Política de Investimentos vigente, tendo em vista a busca da otimização de todo e qualquer rendimento de recursos previdenciários do Sistema.

A seguir, apresenta-se a evolução da Meta Atuarial e o percentual acumulado no ano:



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Planejamento e Gestão

Quadro 01
Evolução da Meta Atuarial

PERÍODO	IPCA	TAXA DE JUROS	META ATUARIAL
01/2016	1,27%	0,37%	1,64%
02/2016	0,90%	0,37%	1,27%
03/2016	0,43%	0,37%	0,80%
1º Trimestre	2,62%	1,11%	3,76%
04/2016	0,61%	0,37%	0,98%
05/2016	0,78%	0,37%	1,15%
06/2016	0,35%	0,37%	0,72%
2º Trimestre	1,75%	1,11%	2,88%
07/2016	0,52%	0,37%	0,89%
08/2016	0,44%	0,37%	0,81%
09/2016	0,08%	0,37%	0,45%
3º Trimestre	1,04%	1,11%	2,16%
Ano	5,51%	3,36%	9,05%

3. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Os recursos previdenciários do SUPSEC sob regime financeiro de capitalização, disponíveis no Fundo Previdenciário PREVID, estavam assim alocados em **30/09/2016**:

Quadro 02
Composição da Carteira por Segmento de Aplicação,
em 30/09/2016

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	SEGMENTO	FUNDO DE INVESTIMENTO / CONTA CORRENTE	SALDO (em Reais)
CEF	Renda Fixa	CAIXA FI BRASIL IDKA IPCA 2A RF LP	9.706.527,62
CEF	Renda Fixa	FI BRASIL 2018 II TP RF	76.232.426,12
CEF	Renda Fixa	FI BRASIL 2020 IV TP RF	76.414.931,56
CEF	Disp. Financeiras	CC 0919/006/00002259-0	-
TOTAL			162.353.885,30

Nota: As disponibilidades financeiras correspondem a eventuais créditos na conta corrente realizados após o horário limite para aplicação dos recursos na Instituição Financeira .



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria do Planejamento e Gestão

4. ADERÊNCIA À POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Observados os limites contidos na Resolução CMN nº 3.922/2010, a alocação dos recursos previdenciários do SUPSEC sob regime financeiro de capitalização, em **30/09/2016**, apresentou aderência à Política de Investimentos de 2016, conforme o quadro abaixo:

Quadro 03
Aderência da Carteira à Política de Investimentos,
em 30/09/2016

SEGMENTO	ENQUADRAMENTO LEGAL (Resolução CMN nº 3.922/2012)	LIMITES DE APLICAÇÃO DEFINIDOS NA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS		ALOCÇÃO ATUAL
		Mínimo	Máximo	
Renda Fixa	FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	0,00%	100,00%	100,00%

5. RISCOS DA CARTEIRA

A totalidade dos recursos do PREVID estava aplicada, em 30/09/2016, no **segmento de renda fixa**, por meio de Fundos de Investimento que aplicam 100% dos recursos em títulos do Tesouro Nacional, conforme previsto no art. 7º, I, "b", da Resolução CMN nº 3.922/2012.

Segundo a Instrução CVM nº 555/2014 e suas alterações, no que se refere à classificação dos fundos de investimento quanto à composição de sua carteira:

"Art. 109. Os fundos classificados como "Renda Fixa", devem ter como principal fator de risco de sua carteira a variação da taxa de juros, de índice de preços, ou ambos."

Assim, os principais fatores de risco inerentes à carteira do PREVID são: Risco de Mercado (juros e índice de preços), Risco de Crédito e Risco de Liquidez.

Cabe lembrar que os Títulos Públicos Federais são ativos considerados de baixo risco de crédito e de baixo risco de liquidez, 100% garantidos pelo Tesouro Nacional, estando sujeitos a risco de mercado que varia em função do prazo de vencimento desses títulos, quanto mais longo, maior a volatilidade de preços no mercado.

Importa destacar que a atual carteira do PREVID é composta por investimentos em fundos que aplicam em títulos públicos com vencimentos de até cinco anos, minimizando, dessa forma, o risco de mercado.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria do Planejamento e Gestão

Desse modo, a carteira do PREVID apresenta um perfil conservador quanto aos riscos de crédito e de liquidez e um perfil conservador a moderado quanto ao risco de mercado.

6. RENTABILIDADE

A seguir, as rentabilidades obtidas na carteira do PREVID e os respectivos índices de atingimento da Meta Atuarial:

Quadro 04
Rentabilidade e Percentual de Atingimento da Meta Atuarial

PERÍODO	META ATUARIAL (IPCA + 4,5% a.a.)	RENTABILIDADE PREVID	ATINGIMENTO DA META ATUARIAL
01/2016	1,64%	1,60%	97,56%
02/2016	1,27%	1,04%	81,56%
03/2016	0,80%	1,09%	135,96%
1º Trimestre	3,76%	3,77%	100,37%
04/2016	0,98%	0,95%	96,57%
05/2016	1,15%	1,09%	94,65%
06/2016	0,72%	0,97%	135,58%
2º Trimestre	2,88%	3,04%	105,71%
07/2016	0,89%	1,22%	137,50%
08/2016	0,81%	0,98%	120,66%
09/2016	0,45%	1,40%	311,78%
3º Trimestre	2,16%	3,64%	168,34%
Ano	9,05%	10,81%	119,54%

No Quadro 04, verifica-se que, no terceiro trimestre de 2016, a Meta Atuarial resultou em 2,16%, enquanto o fundo PREVID obteve rentabilidade de 3,64%, atingindo 168,34% da Meta Atuarial.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria do Planejamento e Gestão

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No terceiro trimestre de 2016, os investimentos dos recursos previdenciários do SUPSEC sob regime financeiro de capitalização apresentaram:

- a) Composição da Carteira de Investimentos em conformidade com as disposições contidas na Resolução CMN nº 3.922/2012;
- b) Aderência à Política de Investimentos de 2016;
- c) Rentabilidade de 3,64%, atingindo 168,34% da Meta Atuarial do período.

No acumulado do ano, a Meta Atuarial resultou em 9,05%, enquanto o fundo PREVID obteve uma rentabilidade de 10,81%, atingindo 119,54% da Meta Atuarial.

Por fim, registra-se que os investimentos dos recursos previdenciários do SUPSEC foram realizados em condições de segurança, solvência, rentabilidade, liquidez e transparência, conforme a Política de Investimentos, consoantes diretrizes fixadas em norma específica do Conselho Monetário Nacional – CMN e a legislação aplicável.

Fortaleza, 25 de outubro de 2016.

Wandermon Corrêa
Orientador da Célula de Fundos e Investimentos – CEFIN
Responsável pela Gestão dos Recursos
CPA-10 ANBIMA

Robson Fontoura
Coordenador de Gestão Previdenciária
CPA-10 ANBIMA



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria do Planejamento e Gestão

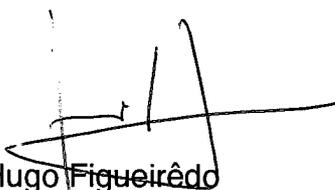
**SUBMISSÃO DO RELATÓRIO TRIMESTRAL
DE AVALIAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO SUPSEC**

3º Trimestre de 2016

(Portaria MPS nº 519/2011, art. 3º, inciso V)

A gestão superior da Secretaria do Planejamento e Gestão, considerando o disposto no art. 11 da Lei Complementar Estadual nº 12, de 29 de junho de 1999, com a redação dada pela Lei Complementar Estadual nº 159, de 14 de janeiro de 2016, e no art. 37 da Lei Estadual nº 13.875, de 07 de fevereiro de 2007, registra que foi submetido a essa instância superior o Relatório Trimestral de Avaliação dos Investimentos para os recursos do Sistema Único de Previdência Social do Estado do Ceará - SUPSEC, referente ao período de 01/07/2016 a 30/09/2016, conforme preceitua o art. 3º, inciso V, da Portaria MPS nº 519/2011.

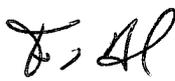
Fortaleza, 8 de NOVEMBRO de 2016.



Hugo Figueiredo
Secretário



Carlos Eduardo Pires Sobreira
Secretário Adjunto



Frederico Alencar
Secretário Executivo